

KEBUR

Boletim Informativo Nº 2 – 2º Semestre de 2010

Distribuição Gratuita

**PDSA - Programa Descentralizado de Segurança Alimentar
e Nutricional nas Regiões da Guiné-Bissau**



PA MUNDO RURAL

Produção de arroz na Época Seca

BIODIVERSIDADE

E SEGURANÇA ALIMENTAR

Agricultura e Biodiversidade
na Guiné-Bissau

ENTREVISTA

Mamadu Camará,
Director Regional de Agricultura
da Região de Tombali
fala-nos sobre o PDSA
e a sua implementação
na Região



EDITORIAL

Caros Leitores,

Seis meses após a primeira edição da *Kebur*, os Projectos de Implementação Regional enquadrados pelo PDSA e as actividades do Programa estão em pleno andamento, junto das 9 Organizações da Sociedade Civil (OSC) seleccionadas e das associações e comunidades das 121 tabancas beneficiárias, com o apoio do nosso associado, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR).

Reabilitadas bolanhas, distribuídas sementes, fornecidos utensílios e outros insumos e orientadas as práticas agrícolas, surgem, enfim, os primeiros frutos produtivos do projecto: colheitas de arroz, outros cereais, tubérculos e hortícolas. Continuando a apoiar a produção e diversificação – seja através do alargamento das actividades a novas tabancas ou mediante a criação e reforço de competências agrícolas, uma constante em todo o horizonte temporal do programa – o PDSA caminhará, agora, no sentido de concretizar o apoio já planeado a elos a jusante da cadeia de valor, na transformação e comercialização.

O nº 2 da *Kebur* coincide com o fim do primeiro ano de implementação do PDSA, momento chave para a realização de um balanço de execução, do qual apresentamos uma “Polaroid” neste número. Uma fonte fundamental deste balanço é, naturalmente, o feedback dos nossos parceiros e beneficiários, que procuramos registar de forma simples nas diferentes edições da *Kebur* na rubrica *Entrevista* e passaremos a incluir, também, na rubrica *Escola Agrícola* do PDSA. De uma forma mais estruturada, promoveremos, em Janeiro de 2011, o segundo *Djumbai* (Seminário de Discussão) entre a equipa do PDSA – à qual me juntei em Outubro passado – e as OSC seleccionadas, no qual procuraremos retirar lições e promover a sua incorporação no planeamento do segundo ano de intervenção.

Na presente edição da *Kebur*, para além das rubricas já mencionadas e de se terminar a apresentação das OSC seleccionadas e dos PIR associados, o PDSA continua a promover técnicas agrícolas na rubrica “*Pa Mundo Rural*” e a dar a palavra ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural na secção “*Nobas de MADR*”. Passamos, também, a contar com a reflexão de referências técnicas e científicas nacionais sobre temas em torno da Segurança Alimentar. Neste número, dada a indelével relação entre Segurança Alimentar e Biodiversidade, e a premência da conservação da última para sustentabilidade da primeira, contamos com os contributos do Eng.º Braima Djassi e do Director do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), Alfredo Simão da Silva, aos quais muito agradecemos. ■

Bon *Kebur*!



SUMÁRIO

Títulos	Páginas
Um balanço do primeiro ano de PDSA	03
Lista das OSC seleccionadas pelo PDSA	04
Apresentação da GUIARROZ - O arroz da Guiné-Bissau	04
Apresentação da ADS e AIFA/PALOP	05
Apresentação da AMBA - Associação de Mulheres do Bairro de Belém A	05
Apresentação do DDS/IEGB e APROMODAC	06
Nobas de MADR	07
Pa mundo rural: Produção de arroz na Época Seca	08
Entrevista a Mamadu Camará, Director Regional de Agricultura na Região de Tombali	09
Segurança Alimentar e Biodiversidade	10

FICHA TÉCNICA

Redação: Graciete Brandão, Filipe Duarte, Pedro dos Santos, Paulo Lopes, Braima Djassi, Alfredo Simão da Silva e MADR
Coordenação e revisão: IMVF **Contacto:** nfutado@imvf.org **Site:** www.imvf.org **Concepção gráfica:** Matrioska Design
Impressão: A Fábrica das Letras - Sociedade Gráfica Lda **Tiragem:** 300 exemplares

UM BALANÇO DO PRIMEIRO ANO DE PDSA



Durante o primeiro ano de implementação do PDSA, as intervenções estiveram sobretudo centradas, numa primeira fase, na criação da estrutura técnica do projecto, na realização do diagnóstico das necessidades regionais e na selecção das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que concretizam os Projectos de Implementação Regional (PIR) e, posteriormente, nas actividades de produção de culturas alimentares, bem como na comunicação e formação.

As actividades relacionadas com a produção agrícola estiveram orientadas para a produção de arroz de mangrove e bas-fonds, cereais e hortícolas. Através da animação rural e do acompanhamento técnico das OSCs e equipa técnica do PDSA, foi possível enquadrar as tabancas que receberam o apoio do PDSA e efectuar uma monitoria contínua das actividades no terreno.

Destacaram-se também, neste período, os trabalhos levados a cabo para a recuperação de diques de cintura e o estudo hidrológico aprofundado das bolanhas enquadradas, que culminou na instalação de tubos de drenagem e na capacitação das organizações de base para uma correcta gestão da água nas bolanhas. Salienta-se ainda o esforço de distribuição de sementes realizada no arquipélago dos Bijagós, com a colaboração directa do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR) e em articulação com a FAO, LVIA e ADIM, realizado para não deixar de fora do projecto uma zona de reconhecida vulnerabilidade alimentar, não obstante a ausência de OSCs da Região enquadradas pelo PDSA.

Trabalho semelhante foi desenvolvido junto dos produtores de cereais e hortícolas, tendo sido facilitado o acesso a sementes e às ferramentas agrícolas necessárias para realizar as operações agrícolas, com um acompanhamento constante das actividades no terreno.

Subjacente à implementação das actividades de produção, esteve sempre uma forte componente de vulgarização – formação e informação – quer das OSCs implementadoras dos PIR, quer dos beneficiários. Foi neste quadro que se iniciou, durante este primeiro ano, o ciclo de formações que irá permitir dotar os técnicos e os beneficiários das competências técnicas e organizativas necessárias para uma mais eficiente condução das suas tarefas.

Ao nível da comunicação do PDSA foram produzidas diversos artigos para os meios de comunicação social, com o objectivo de divulgar as etapas mais importantes do projecto. Não podemos deixar de destacar a publicação dos primeiros dois números da KEBUR, a emissão do programa de rádio Escola Agrícola do PDSA e a abertura do Centro de Recursos no Escritório do IMVF, em Bissau. Estas ferramentas permitem difundir as actividades do projecto e promover a segurança alimentar através da divulgação de técnicas agrícolas melhoradas, a nível nacional.

O sucesso da implementação de um projecto multidisciplinar como o PDSA, que possui uma abrangência nacional, não seria possível sem a dedicação e empenho de todos os intervenientes que diariamente acompanham as actividades e trabalham para o sucesso do projecto. No final deste primeiro ano, após as conquistas alcançadas, estão lançadas as sementes para um segundo ano cheio de sucessos! ■

OSC SELECIONADAS PELO PDSA

Foram seleccionadas 9 Organizações de Sociedade Civil Guineenses, das diferentes regiões do país, para serem responsáveis pela implementação dos PIR – Projecto de Implementação Regional do PDSA/GB.

REGIÕES	OSC
Tombali	DDS/IEGB - Departamento do Desenvolvimento Social da Igreja Evangélica da Guiné-Bissau
Região de Quinará	APROMODAC - Associação para a Promoção de Desenvolvimento das Acções Comunitárias
Cacheu	ADS - Associação para Desenvolvimento Sustentável
Bafatá	AIFA PALOP - Associação de Investigadores e Formação Orientada para Acção nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
Gabú	Amigos da Guiné-Bissau
Biombo	GUIARROZ - O Arroz da Guiné-Bissau
Sector Autónomo de Bissau	DIVUTEC - Associação Guineense de Estudos e Divulgação de Tecnologias Apropriadas
	ADIC NAFAIA - Apoio ao Desenvolvimento das Iniciativas Comunitárias
	DDS/IEGB - Departamento do Desenvolvimento Social da Igreja Evangélica da Guiné-Bissau
	AMBA - Associação das Mulheres de Bairro de Belém

No número anterior da Kebur apresentámos 4 das 9 Organizações da Sociedade Civil Guineenses seleccionadas para a implementação dos Projectos de Implementação Regional (PIR) do PDSA. Apresentamos, de seguida, as restantes 5. ■

GUIARROZ - O ARROZ DA GUINÉ-BISSAU



A ONG GUIARROZ – O Arroz da Guiné-Bissau, fundada a 8 de Maio de 1993, tem como Visão trabalhar para um mundo justo, de paz e diversidade e, assim, contribuir para um futuro melhor, onde a fome e a guerra não têm lugar. Desde a sua criação, a Guiarroz desenvolve actividades nas áreas da Segurança Alimentar, Capacitação dos seus técnicos, dos agrupamentos de base e das associações, Gestão de Bancos de Cereais, Melhoria Hidroagrícola das Bolanhas, Produção de Arroz Irrigado, Educação de Adultos e Micro Crédito. Actuando através de implementação de acções de desenvolvimento comunitário, a sua zona de intervenção prioritária, até ao momento, é a Região de Gabu (essencialmente no Sector de Sonaco) e de Bafatá (Sectores de Contuboel, Bambadinca e Ganadu).

Título do PIR: Projecto de apoio à produção de arroz irrigado para o Sector de Contuboel (PAPAIC), Região de Bafatá

Descrição do PIR

Este projecto pretende produzir, em quantidade considerável, o arroz irrigado a favor das comunidades e introduzir tecnologia de transformação de cereais secos. Visa dois objectivos em particular: 1) Contribuir para o aumento da produção e diversificação das culturas através da recuperação de Bas-fonds do Plano 5 e 6 das bolanhas de Contuboel (melhoria hidráulica, assegurada com irrigação de motobombas). 2) Propor introdução de tecnologias de transformação de cereais secos após as colheitas regulares do período de produção, mediante a operação de descascadoras de arroz.

A metodologia utilizada será participativa e envolverá diferentes actores de desenvolvimento comunitário – sobretudo associações e agrupamentos de base – prestando particular atenção ao trabalho com chefes de família dedicados a trabalhos de produção agrícola.

A ONG GUIARROZ adoptará, ainda, o sistema de trabalho com grandes grupos, desempenhando os dirigentes associativos um papel importante na materialização deste projecto. Serão constituídos, também, comités de gestão das bolanhas para facilitar a implementação das actividades previstas. ■

ADS E AIFA/PALOP: DUAS ORGANIZAÇÕES UNIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE UM MESMO PIR NA REGIÃO DE QUINARA



ADS – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A ADS, com sede na cidade de Buba, Região de Quinara, foi criada em Fevereiro de 2002, tendo como Missão promover o Desenvolvimento Sustentável junto das populações do Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC) e da Região de Quinara em geral, através da intermediação e prestação de serviços. Esta missão é enformada por uma Visão de luta pela conservação e protecção dos ecossistemas frágeis na Guiné-Bissau, em particular na Região de Quinara, mediante a promoção de actividades socioeconómicas nas Comunidades Locais. A sua área de intervenção centra-se, então, na Gestão dos Recursos Naturais e na Segurança Alimentar.

AIFA/PALOP - ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO ORIENTADA PARA ACÇÃO DE NATUREZA PARTICIPATIVA DAS POPULAÇÕES NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA: A AIFA/PALOP foi criada em Dezembro de 1995, por iniciativa de 70 cidadãos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de outros países africanos e europeus, contando

actualmente com mais de 227 voluntários. É uma ONG que tem contribuído para a melhoria das condições humanas, ambientais e económicas das populações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com vista à plena e eficaz participação comunitária na tomada de decisões que lhe dizem respeito em matéria de desenvolvimento sustentável, a todos os níveis e a todo o momento, através da realização de actividades integradas de pesquisa, formação e consultoria, tendo por base métodos, ferramentas e técnicas participativas. A AIFA/PALOP tem três principais áreas de intervenção: População e Exclusão Social, Ambiente e Desenvolvimento.

Título do PIR: Projecto Integrado de Apoio ao Desenvolvimento da Segurança Alimentar

Descrição do PIR

A acção proposta consiste no relançamento e desenvolvimento da agricultura rural através da reabilitação de bolanhas de mangrove e bas-fonds, com o objetivo de melhorar as condições de vida e os rendimentos das populações-alvo. A ONG ADS e a ONG AIFA/PALOP, em parceria solidária, propõem trabalhar conjuntamente com as Organizações Rurais e em cooperação com as comunidades rurais da Região de Quinara no domínio da reabilitação de 361.5 hectares de bolanhas de Mangrove na Região de Quinara, em particular nos sectores administrativos de Empada (Tabancas de Haidara, Degna, Caur de Cima) e Fulacunda (Braia e Garcene). Este objectivo deve ser alcançado através da identificação e formação de associações de tabanca ou comunidades rurais que têm priorizado, entre as suas necessidades, a reabilitação de arrozais de água salgada (mangrove). No âmbito das acções previstas, serão realizados encontros com as Organizações Rurais beneficiárias da acção identificadas através da metodologia do Diagnóstico Sócio-fundiário Participativo. ■

AMBA – ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DO BAIRRO DE BELÉM A



A ONG AMBA foi fundada no ano de 2002, em Bissau, capital do País, e conta, actualmente, com 178 sócios. Desde a sua fundação, a AMBA opera nas áreas da Educação Comunitária e da Segurança Alimentar, tendo começado o seu trabalho no SAB - Sector Autónomo de Bissau, e tendo-se, posteriormente, estendido às Regiões de Gabú e de Bolama-Bijagós. A sua Missão é trabalhar com as pessoas pobres, analfabetas e excluídas para eliminar a pobreza, sensibilizar as comunidades sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e o VIH/SIDA (formação, capacitação, informação, prevenção e monitoragem) e Saneamento Básico e Ambiental, bem como lutar contra a insegurança alimentar e nutricional. A sua Visão é um mundo sem pobreza,

analfabetismo ou VIH/SIDA, no qual todas as pessoas usufruem de seu Direito a uma vida condigna.

Título do PIR: NO CERCA FOMI no Sector de Bissau

Descrição do PIR

O projecto No Cerca Fomi pretende desenvolver uma acção de apoio ao ordenamento de 5 Perímetros Hortícolas em São Paulo, Bissau, Granja, Alto Bandim e Jerico durante 13 meses, com o objectivo de contribuir para a melhoria das condições de vida e para o combate à pobreza das populações beneficiárias nas zonas de intervenção. A metodologia utilizada é participativa, com particular atenção à responsabilização das populações – acção a realizar pela ONG AMBA, em parceria com a ATAGRN.

Nas zonas indicadas existem experiências de cultivo hortícola por parte de agrupamentos de mulheres e a título individual, mas existem constrangimentos ao nível da gestão da água, das sementes hortícolas, da vedação, do conhecimento de técnicas melhoradas e dos utensílios agrícolas. Com o projecto pretende-se endereçar estas limitações, bem como apoiar a valorização e o escoamento dos produtos agrícolas locais. Pretende-se, igualmente, responder à grande falta de organização interna e de planificação das acções de desenvolvimento a favor da comunidade. ■

DDS/IEGB E APROMODAC: ONGS ASSOCIADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PIR NA REGIÃO DE TOMBALI



Título do PIR: Projecto Integrado de Apoio ao Desenvolvimento da Segurança Alimentar

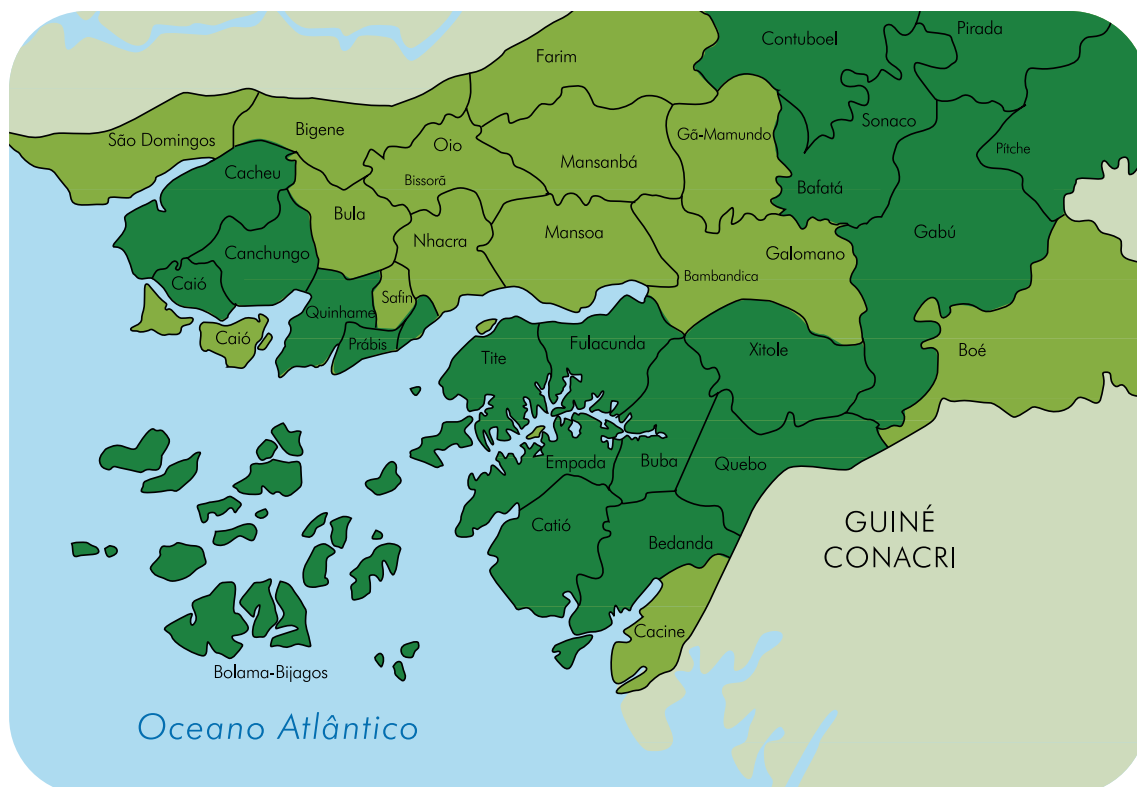
Descrição do PIR

A acção proposta no quadro deste projecto consiste em apoiar os agricultores na reabilitação dos diques de cintura e diques de interior, melhoria do sistema de gestão de água através da instalação de Tubos PVC, fornecimento de sementes melhoradas de arroz, construção e reabilitação de celeiros existentes e diversificação do cultivo de legumes, com vista a aumentar a produção dos agricultores, reforçando a Segurança Alimentar e aumentando os rendimentos das populações-alvo. Em particular, a acção proposta visa alcançar os seguintes resultados:

APROMODAC – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS ACÇÕES COMUNITÁRIAS: A APROMODAC foi criada em 2001 e tem como Visão a promoção humana e a valorização dos recursos locais através da participação activa na implementação, seguimento e responsabilização das comunidades, numa óptica de desenvolvimento endógeno. A APROMODAC actua em todo o território nacional, prioritariamente nas Regiões de Quinara, Tombali e Bafatá. As suas áreas de intervenção abrangem a Agricultura, a Segurança Alimentar, o Ambiente, a Educação e a Saúde. A APROMODAC conta com 63 sócios e o seu grupo alvo é constituído por comunidades rurais e urbanas.

- Bolanhas protegidas da invasão das águas vivas;
- Acesso a sementes melhoradas e qualidade local de ciclo curto;
- Celeiros comunitários existentes reabilitados e novo celeiro construído com condições para conservação de sementes de arroz;
- Produção e rendimento familiar acrescidos através da comercialização da produção excedentária;
- Produção de vegetais assegurada em quantidade e qualidade;
- Hábitos de consumo diversificado dos produtos locais com maior valor nutricionais promovidos;
- Acesso a equipamentos e tecnologias inovadoras de transformação e conservação de produtos agrícolas. ■

DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA DA GUINÉ-BISSAU – DDS/IEGB: A DDS/IEGB, criada em 1992, é uma ONG que tem como Visão apoiar os Guineenses para que tenham o suficiente para o sustento das famílias, garantir serviços básicos e ainda reduzir a pobreza (descrição mais detalhada no n.º 1 da Kebur).



NOBAS DE MADR

Em Setembro último ocorreu uma praga de gafanhotos nas regiões de Oio e Bafatá. Os gafanhotos autóctones, denominados **"Boca preta" – Homoxyrrhopes punctipennis** (Walker, 1870), atacaram massivamente as culturas de milho preto, milho cavalo, milho bacil e arroz de água doce nos Sectores de Farim e Contuboel, ocasionando estragos nas culturas alimentares e na grande superfície de matagais de cana de bambu, particularmente nas Secções de Djunbenbe, Cuntima e Camdjambari e na Região de Bafatá, nos Sectores de Contuboel e Bambadinca.

O Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural fez-se deslocar ao terreno, através da Direcção dos Serviços da Protecção Vegetal (PV), com a finalidade de fazer face a estas pragas, com o apoio financeiro do Ministério da tutela, do Projecto de Reforço das Capacidades Nacionais da Protecção Vegetal para Luta Contra os Inimigos das Culturas (UGP-PV) e do QOM-STABEX, financiados pela União Europeia, BID, FAO e PAM.

Também a brigada de prospecções e de tratamento esteve presente, com a finalidade de proteger a região de uma futura reinfestação e diminuir a população destas pragas.

A pronta reacção do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – MADR e, em especial, do Ministro da tutela, fez com que as Brigadas conseguissem salvar todas as áreas de culturas alimentares infestadas.



Depois de uma prospecção extensiva nas localidades de eclosão e da análise de informações recebidas das outras Regiões, constatou-se o seguinte:

- As eclosões não foram homogéneas, tendo havido atraso das chuvas nalgumas localidades, enquanto nas outras choveu mais cedo, pelo que os gafanhotos se encontravam em diferentes fases de desenvolvimento;
- Na tabanca Sindjam Mama Todjau houve atraso nas operações de tratamentos devido a um conflito entre agricultores e criadores de gado;
- Os camponeses colaboraram com as equipas de tratamento no transporte de materiais de tratamento e de água nas zonas de difícil acesso para as viaturas;
- Os *Nymphulas* sp. infestaram todas as Regiões do país e os tratamentos estão a ser levados a cabo pelos técnicos da PV locais e enquadrados.



As Brigadas deixaram as seguintes recomendações:

- Que o Plano de Contingência de luta contra os gafanhotos autóctones seja incluído no orçamento anual do MADR;
- Que sejam afectos agentes da DSPV aos Sectores de Farim e Bambadinca;
- Que seja garantida continuidade dos tratamentos contra ***Nymphulas* sp**;
- Que seja efectuado tratamento preventivo nos viveiros na próxima campanha agrícola (2011/2012) contra ***Nymphulas* sp**;
- Que seja realizada uma avaliação de impacto ambiental no fim dos tratamentos;
- Que seja realizada a prospecção de ***Ootecas*** para se determinar o impacto da infestação na próxima campanha agrícola (2011/2012);
- Que sejam recolhidos todos os **vasilhames** do terreno no fim dos tratamentos, para evitar possíveis contaminações;
- Que sejam formados os técnicos enquadrados para melhorar a qualidade dos tratamentos e para os preparar para a próxima campanha. ■

O conteúdo desta página da KEBUR é da exclusiva responsabilidade do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, enquanto associado do IMVF na implementação do PDSA.

PA MUNDO RURAL

PRODUÇÃO DE ARROZ NA ÉPOCA SECA

O cultivo de arroz na época seca surgiu na década de 70, implementado pelo então Departamento de Experimentação e Produção de Arroz – DEPA, do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR). Esta prática inspirou o músico e engenheiro **Ernesto Dabó**, que interpretou o tema **“M’PAM-PAM BIN SIN TCHUBA”**, significando *orizicultura pluvial sem chuvas*, já que, até então, se considerava que a produção do arroz era uma actividade exclusiva da época de chuvas.

De facto, o arroz é muito exigente em água – as suas necessidades são estimadas em cerca de oito milhões de litros por hectare, repartidos ao longo de todo o seu ciclo vegetativo – o que significa que o aspecto hídrico é um factor crítico para o seu cultivo. No entanto, o caudal do rio Geba e a qualidade das suas águas (água doce), associados às condições agro-climáticas, encerram um potencial para a produção de arroz durante a época seca. Com efeito, por um lado, o rio garante condições hídricas para a satisfação completa da planta durante o seu ciclo. Por outro lado, em termos agro-climáticos, a época seca é caracterizada por vários factores que favorecem uma boa produção, tais como:

- A duração do período de insolação (foto-periodismo) influencia positivamente a produção, uma vez que o processo de fabrico de hidratos de carbono (fotossíntese) se efectua nas melhores condições;
- A concorrência entre as plantas à luz do sol é fraca (ou nula), facto que atenua o aumento de altura das mesmas e a procura da luz e, consequentemente, fragiliza o colmo da planta e aumenta a sua susceptibilidade à acama;
- Existe uma melhor resposta à aplicação de fertilizantes;
- Existe um menor desenvolvimento e proliferação de insectos e doenças;
- Existem condições para um melhor controlo de ervas daninhas;
- Verificam-se perdas reduzidas durante as operações pós-colheita, o que leva a debulha e secagem facilitadas.

Especificamente, o sistema de produção de arroz durante a época seca, em que a cultura depende exclusivamente das águas do rio, através de irrigações, pressupõe:

- Um melhoramento hidráulico adequado do perímetro, de forma a permitir uma gestão e controlo de água eficiente: este resultado implica a implantação de infra-estruturas hidroagrícolas, isto é, instalação de canais de irrigação e de drenagem, diques de parcelamento ou retenção de água, diques de protecção e bacias de distribuição de água;
- A montagem de um sistema de irrigação, mediante a instalação de motobombas e respectivos tubos de canalização.

A implantação das redes de irrigação e drenagem é feita a partir de levantamentos topográficos que, orientando os canais de acordo com o estado do terreno, fomentam a garantia de um melhor funcionamento do sistema.

A campanha da época seca, de acordo com um calendário cultural bem estabelecido, tem o seu início a partir do mês de Novembro, e pode prolongar-se até Abril, período do término das operações pós-colheita, isto é, de secagem e armazenamento.

Criadas as condições para instalar as culturas em campo, passa-se à execução das diferentes operações culturais, desde a preparação de terreno (isto é, lavouras), passando pelas grades, nivelamentos e inundações de parcelas. Um bom nivelamento deve permitir a retenção de água a um nível idêntico dentro da parcela (mesma lâmina de água em todos os cantos da parcela).

Seguem-se a preparação de viveiros (sendo que na época seca o único método de sementeira, nas condições actuais, é a transplantação, pois a sementeira directa nessa época exige um controlo eficiente de água, sobretudo na fase pós-germinação e crescimento de pequenas plantas) e todas as outras operações. A transplantação deve ser feita respeitando os espaçamentos convenientes.

Os diferentes tratamentos culturais devem ser feitos de acordo com as exigências da cultura e respeitando o período de execução (adubação, tratamento fitossanitário, monda).

As variedades utilizadas devem ser de ciclo curto a médio, isto é, de 75 a 90 dias ou, no máximo, 120 dias. Estas variedades não só diminuem os custos de produção (irrigações), como evitam a coincidência da colheita com o início da época de chuvas, que dificulta as operações pós-colheita.

A título indicativo, para uma cultura parcialmente mecanizada (o arranque de plantas no viveiro, o transporte das mesmas, a transplantação e a monda são as únicas operações feitas manualmente), o custo de produção para um hectare de arroz paddy (arroz irrigado) é estimado entre 800.000 e 850.000 Francos cfa, dependendo, sobretudo, da oscilação do preço do gasóleo no mercado. O custo abrange todas as operações, desde a preparação de terreno à instalação da cultura em campo, irrigações, tratamentos culturais (mondas, aplicação de fertilizantes, tratamentos fitossanitários), colheita e operações pós-colheitas (transporte, debulha, joeira, secagem e armazenamento) e vigia (guarda). O seu rendimento é, em média, de 4 a 6 toneladas por hectare, o que justifica amplamente o custo.

No meio camponês, visto que todas as operações são asseguradas pelo esforço físico, particularmente das mulheres, os rendimentos rondam as 2-2,5 toneladas por hectare, mas podem ser incrementados pelo recurso a técnicas de tracção animal, por exemplo. ■

ENTREVISTA



Entrevista com Mamadu Camará, Director Regional de Agricultura da Região de Tombali, sobre o PDSA e a sua Implementação na Região.

Mamadu Camará é o actual Director Regional de Agricultura (DRA) da Região de Tombali e já foi responsável de Assuntos Agrícolas da Região e Encarregado de Obras Hidráulicas do Projecto Kweite da Engenharia Rural. Foi, também, Encarregado de Obras Hidráulicas no Projecto de Desenvolvimento Orizícola de Tombali /Como Cair (PDOT).

PDSA: Como avalia a situação da Segurança Alimentar na Região de Tombali?

Mamadu Camará: A Região de Tombali, actualmente, encontra-se com dificuldades em relação à Segurança Alimentar. Esta dificuldade vem já da campanha agrícola do ano 2009/2010, uma vez que os camponeses não respeitaram o calendário agrícola. Houve, igualmente, um corte brusco de chuvas em, pelo menos, 20 dias no mês de Setembro de 2009, o que teve um impacto negativo na produção agrícola e se reflecte, presentemente, na escassa disponibilidade de bens alimentares na região. Mas estamos confiantes que essa situação será ultrapassada este ano, até porque aprendemos a lição e trabalhamos de forma muito intensa, rápida e eficaz. Esperamos uma boa campanha agrícola para este ano de 2010/2011 na nossa região.

Como viu o DRA a oportunidade de implementação de um Projecto do PDSA na sua Região?

É bem-vinda a implementação do PDSA na nossa zona. O PDSA foi o primeiro Projecto nesta campanha agrícola a colocar as sementes de arroz no terreno e essas foram também as primeiras sementes a serem distribuídas às popu-

lações. Ao mesmo tempo, recebemos os tubos de PVC para a drenagem, que nós consideramos um grande problema nesta região. O PDSA também foi bem sucedido na escolha dos locais para a sua implementação e também por isso a Direcção Regional de Tombali (DRA) agradece, e muito, o esforço do PDSA. O relatório das Organizações Responsáveis pela implementação dos PIR – Projecto de Implementação Regional do PDSA/GB, o trabalho realizado e documentado através de fotografias, os materiais agrícolas entregues e ainda os que vão ser entregues dentro em breve, mostram a contribuição do PDSA para o reforço de Segurança Alimentar na Região de Tombali.

Como foi a aceitação local do Projecto?

Foi uma aceitação cheia de expectativas. Havia tabancas que não contavam ter sementes de arroz para a campanha agrícola deste ano, por causa do insucesso da lavoura do ano passado. Receber as sementes distribuídas pelo PDSA deu-lhes um impulso na lavoura, e permitiu-lhes ter resultados nesta campanha. Acrescentaria que o PDSA também motivou muito a comunidade, dado que garantiu a distribuição de tubos PVC, quando a DRA de Tombali teria muitas dificuldades em atender as solicitações dos agricultores a este nível.

São já visíveis nas populações os benefícios gerados pelo Projecto?

Claro! Somos testemunhas disso. Já vimos o viveiro feito com as sementes distribuídas pelo PDSA e a sua plantação nas bolanhas. Também vimos o resultado da campanha de colocação dos tubos de PVC e de drenagem nas bolanhas. Como este ano se verificou o fenómeno das águas vivas, através da reabilitação dos diques de cintura apoiada pelo PDSA, foi possível salvar uma parte importante da lavoura da nossa população beneficiária desta intervenção. Para além disso, ainda há expectativas em relação ao PDSA, que confirmou o apoio com materiais para a horticultura nas comunidades. As pessoas estão muito sensibilizadas em relação ao PDSA e a sua intervenção é visível. Os bons resultados alcançados até aqui incentivaram mesmo a DRA de Tombali a ceder parte do seu terreno às mulheres para fazerem as suas hortas.

Que outras mais-valias julga que o Projecto pode trazer para as populações?

Para as nossas populações bastante isoladas, o apoio ao nível de materiais, como moinhos, descascadora, prensa de óleo de palma, e em termos de reforço de capacidades (formação), significa que

a população da Tabanca terá oportunidade de fazer o seu trabalho, mais depressa e com maior eficácia. Isso tem um grande impacto na nossa área de intervenção, que é uma zona muito isolada.

Quais as principais dificuldades que tem encontrado na implementação das actividades do PDSA?

A primeira dificuldade encontrada é a grande vontade que toda a comunidade tem de beneficiar do apoio, apesar de a Direcção Regional de Tombali estar ciente que não é possível cobrir 100% da população. Por exemplo, aquando da chegada dos tubos de PVC, gerou-se um alvoroço no meio da população, porque todos queriam ser beneficiários e não é fácil gerir este tipo de situações.

Que recomendação faria para melhorar o desempenho do PDSA?

Para uma boa sinergia de trabalho, recomendaria ao PDSA continuar a ter sempre em conta a colaboração da Direcção Regional de Agricultura, que por seu lado continuará a estar em estreita colaboração com as ONG responsáveis pela implementação dos PIR. É uma questão de rentabilizar a intervenção, porque se juntarmos o conhecimento e a experiência das três partes, poderemos ter melhores resultados.

Que domínios de intervenção pensa que devam ser privilegiados na Região de Tombali no futuro?

Na minha opinião, a prioridade é o sistema de drenagem, seguida de pequenas unidades de transformação (moinhos, prensa de óleo de palma, descascadora, máquina de secagem de frutas) e alguns materiais agrícolas. Também gostaria de chamar a atenção para a Ilha de Komo/Caiar, uma comunidade isolada e, por isso penalizada em relação a intervenção das OSC. No entanto, é uma zona com um elevado potencial agrícola e eu, enquanto DRA, convido a equipa do PDSA a visitá-la, para constatar esse potencial. Para finalizar, penso que seria importante a realização de formação para o uso dos materiais agrícolas e no domínio de horticultura, direccionada para as mulheres horticultoras. ■

SEGURANÇA ALIMENTAR E BIODIVERSIDADE

Agricultura e Biodiversidade na Guiné-Bissau

Por Braima Djassi, Eng.º Hidrotécnico

As actividades agrícolas são as principais responsáveis pela obtenção dos alimentos básicos e a sua prática sempre exerceu pressão sobre o ambiente. De facto, o uso inadequado de recursos naturais promove uma intensa degradação ambiental mediante a destruição dos habitats e de espécies potencialmente úteis para sobrevivência do ser humano.

Dados recentes mostram que a agricultura responde, hoje, por mais de 20% da produção primária líquida do planeta e ocupa cerca de 3/5 da área terrestre utilizável. Um dos desafios enfrentados pelo mundo moderno é o de atender à necessidade de aumentar a produção de alimentos para uma população em crescimento, conservando os fundamentos ecológicos necessários para sustentar esse aumento. Sabendo-se que a base alimentar para a maioria da população humana se limita a poucas espécies (trigo, soja, milho, arroz), se estas não forem produzidas em quantidade e em qualidade suficientes, poderá representar um risco para segurança alimentar de comunidades inteiras.

A Guiné-Bissau dispõe de um forte potencial de terras de vocação agrícola, estimado em cerca de 1.410.000 hectares, representando aproximadamente cerca de 30% da superfície total do país. Destes, 200.000 ha são terras baixas continentais sob influência de água doce (bolanhas de bas-fonds), 106.000 ha são terras baixas costeiras sob influência de água salina (bolanhas de mangrove) e 1.104.000 ha correspondem a uma ecologia de planalto.

Agricultura de bas-fonds



O ecossistema de bas-fonds suporta essencialmente a produção de arroz e de culturas hortícolas diversas, sendo terras de depressões aluviais designadas vulgarmente por pequenos vales ou bas-fonds. São solos hidromórficos continentais, temporariamente sujeitos a inundações e sedimentação provocadas pelas águas pluviais. Estima-se que existam 100.000 ha com aptidão agrícola para a produção de arroz e de hortícolas nas zonas baixas e de plantas perenes nas zonas vertentes, encontradas sobretudo no Leste do país.

Agricultura de mangal

Em relação aos solos colonizados por mangais (mangrove), estes são de aptidão orizícola em toda a zona costeira do país e as práticas agrícolas são conseguidas, obviamente, à custa da perda de área coberta por vegetação de mangais e da destruição de habitat natural importante para a vivência e reprodução de recursos haliêuticos (crustáceos, peixes, ostras etc.).

Agricultura de planalto



De todos os ecossistemas, o de planalto é o que sofre maior pressão antrópica, que advém, particularmente, da agricultura itinerante (pam-pam) e das más técnicas culturais praticadas (por exemplo, lavouras sem terem subjacente a noção que a ausência da gestão de água facilita a erosão dos solos e, conseqüentemente, a laterização dos campos agrícolas, tornando-os improdutivos).

Ainda sobre o ecossistema de planalto, a pressão actualmente exercida pela indústria madeireira já tem os seus reflexos nas florestas densas do sul, concretamente na zona de Cantanhez.

Exploração das florestas



O coberto da área florestal do país (área de floresta densa e floresta aberta) é estimado em 786.215 ha. Segundo dados preliminares do projecto CARBOVEG-GB, verifica-se que, de 1990 a 2007, a taxa de desflorestação na floresta aberta acentuou-se, e ronda os cerca de 27.735 ha/ano, ao contrário da floresta densa, que tem recuperado o seu crescimento (cerca de 651.70 ha/ano).

A pressão sobre os recursos florestais vai crescendo anualmente de intensidade por força da procura de mercado (madeira e lenha), causando danos irreparáveis às florestas e à biodiversidade.

Para travar e inverter as tendências negativas do aproveitamento dos bens da natureza e de práticas agrícolas nocivas, é necessário adoptar políticas que enformem medidas que, de facto, ajudem os agricultores a implementar uma gestão sustentável das suas explorações - com recurso a técnicas e tecnologias modernas, adaptadas à realidade de diferentes ecologias. Nessa óptica, as novas práticas agrícolas devem não apenas garantir o aumento de rendimento dos agricultores, mas também que a conservação do nosso património ecológico se torne uma realidade.

Para que a produção de alimentos seja suficiente para todos, sem degradar o meio ambiente, é fundamental que se adopte medidas sustentáveis e duradouras, que vão ao encontro da preservação da biodiversidade. Essas medidas devem, entre outras, contemplar as seguintes:

- Preservar as superfícies dos mangais não aproveitadas para fins agrícolas;
- Reabilitar as terras agrícolas abandonadas dos mangais;
- Melhorar a gestão de água através da construção de diques e de pequenas barragens de retenção de água;
- Incentivar uma agricultura irrigada e mecanizada;
- Proteger e conservar as florestas;
- Incitar a mudança de atitudes mais conservadoras;
- Criar programas de educação, informação e sensibilização para os utentes das terras.

Se a Guiné-Bissau conseguir criar um sistema agrícola sustentável, que preserve a biodiversidade e os ecossistemas existentes no país, ela vai, certamente, conseguir, por um lado, alimentar as populações, garantindo, deste modo, a segurança dos alimentos básicos e, por outro lado, conservar os recursos naturais actualmente existentes, para que estes permaneçam para as gerações vindouras.

Importância da biodiversidade na segurança alimentar

Por Alfredo Simão da Silva, Geógrafo

Director do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)

“Biodiversidade” e “Segurança Alimentar” são dois termos diferentes, porém intimamente relacionados. A Biodiversidade é a diversidade de todas as formas de vida. Por outras palavras, representa a totalidade do material genético, das espécies e dos ecossistemas, compreendendo as espécies animais e vegetais e os microrganismos. Por outro lado, a Segurança Alimentar é o estado existente quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e económico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, atendendo às necessidades nutricionais e preferências alimentares, de modo a propiciar uma vida activa e saudável.

Analisando as duas definições, pode-se afirmar que a economia e a sobrevivência da maior parte da população guineense dependem directamente da exploração da biodiversidade e dos recursos naturais. Tanto ao nível macro-económico como ao nível local, a agricultura, o extractivismo e a exploração dos recursos naturais constituem a base do desenvolvimento do país. De facto, o essencial das necessidades em proteína é satisfeito pela exploração de espécies e de produtos selvagens (animais

de caça, peixe, mel, bivalves, carnes verdes, sub-produtos de plantas como folhas, troncos, frutos, raízes e tubérculos, etc.). A floresta serve de fonte de alimentos e de combustível (energia lenhosa), de materiais de construção, de fibras e de medicamentos para a quase totalidade da população guineense. A recolha de plantas medicinais está profundamente enraizada no seio das comunidades rurais do país. Para além da sua dimensão sagrada e religiosa, vários serviços ecológicos são também assegurados pela floresta.



Os recursos pesqueiros (o peixe e os moluscos) são as primeiras fontes de proteínas animais à escala nacional, daí a sua importância vital para a economia e a segurança alimentar das populações rurais desfavorecidas.

A Guiné-Bissau é um país importador de géneros alimentícios. Porém, os alimentos importados nem sempre chegam aos sítios mais remotos do país, onde está concentrada a maior parte da população porque as respectivas vias de acesso são praticamente intransitáveis durante a estação das chuvas. A garantia da sobrevivência da população camponesa nacional e de muitas famílias reside, sobretudo, na utilização durável dos recursos da biodiversidade e na gestão das sementes tradicionais de forma racional, cuja prática se transmite de geração em geração, permitindo, assim, a manutenção do ciclo agrícola. Neste contexto, pode-se afirmar que a agricultura familiar é guardiã da biodiversidade a nível nacional.

Sendo o papel da biodiversidade na garantia da segurança alimentar evidente na Guiné-Bissau e nas outras partes do mundo, a sua erosão constitui uma preocupação ao nível nacional e internacional. O desaparecimento da biodiversidade está associado, sobretudo, à pobreza e a actividades ilegais, como por exemplo, o desbravamento da floresta, a caça ilegal, as queimadas, a produção de carvão, a pesca ilícita, a construção de infra-estruturas e a urbanização e o desenvolvimento das indústrias extractivas, entre outros.

Para conter a degradação da biodiversidade da Guiné-Bissau optou-se pela promoção de uma utilização durável, com destaque para a criação de áreas protegidas com o intuito de proteger o material genético, a diversidade biológica e os recursos naturais e culturais associados. Na Guiné-Bissau, contrariamente ao que sucede em muitos países do mundo - e da África Ocidental em particular - as áreas protegidas são vistas como um modelo de desenvolvimento: as populações habitam dentro dos seus limites e tiram proveitos dos seus recursos de forma sustentável. Com efeito, as comunidades locais, com o decorrer dos anos, constataram que a biodiversidade pode constituir um meio de subsistência e, portanto, ocupam-se dela e protegem-na. ■

"ESCOLA AGRÍCOLA DO PDSA"

Escola Agrícola do PDSA é o programa Radiofónico do PDSA que procura sensibilizar a população local para a agricultura e informá-la sobre boas práticas agrícolas. Pretende-se, com o programa, contribuir para o aumento da produtividade e da produção agrícola e para uma melhoria da dieta da população.

AGENDA

PROGRAMAS DE RÁDIO:

2011

Fevereiro - Reabilitação de diques de cintura

Abril - Gestão e manutenção de poços hortícolas

Junho - Produção, informação e consumo de leguminosas, tubérculos e raízes

Agosto - Fruticultura e a sua transformação

Ouçá nas Rádios:

Rádio Comunitária de Bafatá em Bafatá (leste do país)

Rádio Kassumai em São Domingos (zona norte)

Rádio Djam-Djam em Bubaque (ilhas Bijagos)

Rádio Gandal em Gabú (leste da Guiné)

Rádio "Voz de Catio" em Catio (sul do país)

Rádio Papagaio em Buba (sul do país)

Rádio Comunitária N'jierafa Có

Voz de Biombo (centro do país)

Rádio Sol Mansi (cobertura nacional)

LINHA ABERTA - o que os ouvintes têm a dizer sobre o programa:

ANGELINA IÉ, membro da Associação das Mulheres Hortícolas da secção de Ondame em Biombo, (NO PEGA TESU) NDJAPAGSA:

"A Escola Agrícola do PDSA ajudou-me a melhorar o meu trabalho, porque trabalho na horticultura mas ainda não tenho muita experiência. Agora, depois de ouvir o programa, é mais fácil trabalhar na horta, por isso estou contente com este programa."

OLADONHA CÁ, membro da NDJAPAGSA:

"Quando acordamos e ouvimos o programa Escola Agrícola do PDSA na Rádio Nji rapa CÓ "Voz de Biombo", ficamos mais esclarecidas sobre a horticultura. A mim ajudou-me a ter mais conhecimentos para fazer o nosso trabalho nas hortas. Por exemplo, quando tinha bichos nas hortaliças da minha horta, para os matar, usava pesticidas, mas não o fazia de forma correcta e cheguei a ficar doente."

CRISTINA TÉ, membro da NDJAPAGSA:

"O programa ajudou-me a conhecer melhor a horticultura. É importante aprender essas técnicas de lavoura, para melhor trabalharmos na terra, nas hortas, porque é através das hortas que ajudamos os nossos filhos a estudar, compramos as nossas roupas e ajudamos os nossos maridos em casa."



Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia e do IPAD. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do Instituto Marquês de Valle Flôr e não pode, em caso algum, ser tomada como expressão das posições da União Europeia e do IPAD.